

SUMÁRIO

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO I • DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 25

Arts. 1º a 8º-A

■ PARTE I..... 27

Marcelo Malheiros Cerqueira

1. Considerações gerais sobre a probidade na Administração Pública e a Lei nº 14.230/2021 27
2. Evolução normativa no campo da improbidade administrativa 36
3. Imperativos constitucionais de tutela da probidade e dos direitos fundamentais dos agentes públicos e terceiros investigados..... 45
 - 3.1. A probidade administrativa como direito fundamental 45
 - 3.2. A natureza jurídica do sistema de improbidade administrativa 48
 - 3.3. O sistema da improbidade administrativa e a incidência de princípios do Direito Administrativo Sancionador 58
 - 3.3.1. Direito Administrativo Sancionador: objeto, princípios e relação com o Direito Penal 58
 - 3.3.2. A identidade da improbidade administrativa frente ao Direito Administrativo Sancionador e ao Direito Penal..... 62
 - 3.3.3. Princípio da legalidade 68
 - 3.3.4. Princípio da tipicidade 69
 - 3.3.5. Princípio da (ir)retroatividade 73
 - 3.3.6. Princípio da proporcionalidade/razoabilidade 75
4. A improbidade administrativa e sua interseção com o microsistema de tutela coletiva..... 78

■ PARTE II..... 82

Felipe Giardini

5. Dos sujeitos do ato de improbidade..... 82
6. Novos contornos do elemento subjetivo do ato de improbidade 90
 - 6.1. Atipicidade por extirpação da culpa: (i)retroatividade e (in)tangibilidade da coisa julgada – Temas nº 1.199 e nº 309 do STF 90
 - 6.2. Dolo genérico x dolo específico x dolo de beneficiamento 101
 - 6.3. Da causa excludente do “ilícito de hermenêutica” 109

7. Da responsabilização das pessoas jurídicas	113
8. Da responsabilidade do sucessor.....	117
Referências	121
CAPÍTULO II • DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	129
Seção I – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito.....	129
<i>Art. 9º</i>	
Seção II – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário	130
<i>Art. 10</i>	
Seção II-A – (Revogada pela Lei nº 14.230, de 2021).....	132
<i>Art. 10-A</i>	
Seção III – Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública	132
<i>Art. 11</i>	
<i>Galtieni da Cruz Paulino</i>	
<i>Lucas de Moraes Gualtieri</i>	
1. Introdução	134
2. Visão geral das alterações nos arts. 9º, 10 e 11.....	137
3. O dolo geral e o dolo específico nas previsões normativas dos arts. 9º, 10 e 11 e a ausência da conduta culposa	145
4. Contornos jurídicos do art. 9º – Dos atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.....	148
4.1. Considerações acerca do disposto no <i>caput</i> do art. 9º.....	148
4.2. Considerações acerca do disposto nos incisos do art. 9º	151
5. Contornos jurídicos do art. 10 – Dos atos de Improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário.....	162
5.1. Considerações acerca do disposto no <i>caput</i> do art. 10.....	162
5.2. Considerações acerca do disposto nos incisos do art. 10.....	173
5.3. Considerações acerca do § 1º do art. 10	191
5.4. Considerações acerca do § 2º do art. 10	193
6. Contornos jurídicos do art. 11 – Dos atos de Improbidade Administrativa que Atentam contra os Princípios da Administração Pública.....	194
6.1. A taxatividade da violação dos princípios da administração pública e o direito fundamental anticorrupção	196
6.2. Os mandados internacionais de proteção e o direito fundamental anticorrupção	200

6.3. Do conteúdo dos princípios	201
6.4. Princípio da proporcionalidade e a proibição da proteção deficiente	203
6.5. Da segurança jurídica	207
6.6. Da teratologia sistêmica e a necessária interpretação conforme e holística do ordenamento jurídico	210
6.7. Diferença entre tipo, tipicidade e taxatividade	216
6.8. Comentários sobre as condutas elencadas no art. 11	219
Referências	234

CAPÍTULO III • DAS PENAS..... 239

Art. 12

André Batista e Silva

Jonyelson Gerôncio Farias e Silva

1. Informações preliminares	240
1.1. Das finalidades das penas	248
1.2. Aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa: uma análise sob a ótica da economia	250
1.3. Da mitigação da eficácia e da efetividade da Lei de Improbidade Administrativa: a visão internacionalista e o controle de convencionalidade	253
2. Sanções em espécie	255
2.1. Ressarcimento integral do dano patrimonial.....	255
2.2. Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente.....	262
2.3. Perda da função pública	263
2.3.1. Disposições gerais	263
2.3.2. Cassação de aposentadoria como modalidade sancionatória	267
2.4. Suspensão dos direitos políticos.....	271
2.4.1. Introdução.....	271
2.4.2. Contagem do prazo	274
2.4.3. Suspensão dos direitos políticos e inelegibilidade	275
2.5. Da pena de multa civil	278
2.5.1. Introdução.....	278
2.5.2. Das balizas utilizadas para aplicação da pena de multa.....	279
2.5.3. Do destinatário da multa paga	283
2.6. Da proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	284
2.6.1. Introdução.....	284
2.6.2. Da extensão da penalidade.....	285
Referências	289

CAPÍTULO IV • DA DECLARAÇÃO DE BENS..... 291

Art. 13

Jonyelson Gerônimo Farias e Silva

1. A declaração de bens como ferramenta de controle preventivo 291
2. Fontes normativas internacionais e nacionais 292
3. Do monitoramento da evolução patrimonial e da responsabilidade do agente público 295
- Referências 298

CAPÍTULO V • DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL 299

Arts. 14 a 18-A

■ PARTE I 307

Bruno Pinto e Silva

Fabício José da Fonseca Pinto

1. Introdução 307
2. Considerações sobre os arts. 14 e 15 da LIA..... 320
3. Do regime da cautelar patrimonial típica do art. 16 da Lei de Improbidade Administrativa: cotejo entre a redação antiga e a nova previsão legal do tema.... 326
 - 3.1. (In)constitucionalidade da Lei nº 14.230/2021 quanto à reformulação das medidas cautelares patrimoniais..... 329
 - 3.2. Violação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça 331
 - 3.3. Demais questões atinentes ao novo regime de indisponibilidade de bens inaugurado pela Lei nº 14.230/2021 348

■ PARTE II..... 352

■ Análise do novo regramento da fase judicial – considerações sobre as modificações introduzidas nos arts. 17 e 18 da Lei nº 8.429/92 352

Bruno Pinto e Silva

Fabício José da Fonseca Pinto

1. Legitimidade ativa para propositura da ação de improbidade administrativa 362
2. Foro competente para oferta da ação de improbidade administrativa 366
3. Requisitos da petição inicial e a tentativa de aproximação entre as esferas de responsabilização sancionatória e penal..... 368
4. Do recebimento da petição inicial e do recurso cabível 372
5. Da consensualidade intercorrente e demais reflexos deste paradigma 373
6. Oferta de réplica e determinações judiciais possíveis 374
7. Da estabilização objetiva da demanda e demais consequências 375
8. Demais considerações sobre os parágrafos do art. 17 378

Galtieno da Cruz Paulino

9. Natureza Jurídica da Oitiva do Réu em Juízo 380

9.1. Considerações gerais	380
9.2. O Princípio do Contraditório e a Ação de Improbidade Administrativa....	381
9.3. Procedimento de oitiva do réu em juízo	382
10. Do acordo de não persecução cível	383
10.1. Das considerações iniciais	383
10.2. Dos requisitos para a formulação do ANPC	386
10.3. Das possíveis sanções a serem acordadas – abrangência das cláusulas materiais e processuais.....	390
<i>Octahydes Ballan Junior</i>	
10.4. A definição de tipo único pelo juiz na fase de saneamento (art. 17, §§ 10-C, 10-D e 10-F, I)	393
<i>Galtiênio da Cruz Paulino</i>	
10.5. Colaboração premiada e a ação de improbidade administrativa.....	402
11. Considerações sobre a sentença e demais previsões do art. 17-C da LIA	407
<i>Lucas de Moraes Gualtieri</i>	
11.1. O <i>standard</i> de prova aplicável às ações de improbidade administrativa.....	410
12. Enfrentamento das disposições normativas previstas no art. 17-D da LIA.....	413
13. Apontamentos sobre o art. 18 da Lei de Improbidade Administrativa	428
Referências	433
CAPÍTULO VI • DAS DISPOSIÇÕES PENAIS.....	439
Arts. 19 a 22	
<i>Frank Monteiro Ferrari</i>	
<i>João Paulo Santos Schoucair</i>	
1. Breves notas introdutórias.....	440
2. Considerações preliminares sobre o art. 19 da LIA	444
3. Bem jurídico	447
4. Tipicidade, elemento subjetivo e consumação.....	448
5. Sujeitos ativo e passivo	450
6. Pena e responsabilização civil	450
7. Considerações preliminares sobre o art. 20 da LIA	451
8. O afastamento cautelar do exercício do cargo, emprego ou função.....	453
9. Art. 21 da LIA: patrimônio público, erário e o requisito da efetiva lesão como condicionante da imposição de sanções	460
10. A aplicação das sanções de improbidade administrativa e sua independência do julgamento de contas	467
11. A relativização entre as instâncias judiciais e suas repercussões sobre a respon- sabilização por ato de improbidade administrativa.....	469

12. A investigação de fenômenos ilícitos de corrupção em sua perspectiva material.....	473
Referências.....	485

CAPÍTULO VII • DA PRESCRIÇÃO 489

Arts. 23 a 23-C

Octahydes Ballan Junior

Ruth Araújo Viana

1. A prescrição na Lei de Improbidade Administrativa: introdução.....	490
2. Art. 23, <i>caput</i> , da LIA: regra prescricional da ação por improbidade.....	495
3. Art. 23, §§ 1º a 3º, da LIA: o inquérito civil e o processo administrativo para apuração dos ilícitos	498
4. Art. 23, §§ 4º a 8º, da LIA: prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa.....	515
4.1. Prescrição intercorrente: inconstitucionalidade por violação material ao direito de ação e ao devido processo legal substancial.....	518
4.2. Prescrição intercorrente: inconstitucionalidade por ofensa à autonomia administrativa e orçamentária do Poder Judiciário	524
4.3. Controle de convencionalidade: a Convenção de Mérida.....	527
4.4. Norma de constitucionalidade progressiva ou ainda inconstitucional: uma alternativa hermenêutica para a validade da prescrição intercorrente.....	530
4.5. Irretroatividade da prescrição intercorrente	532
4.6. Prescrição intercorrente e ADI nº 7.236/DF.....	542
4.7. Extensão subjetiva e objetiva da suspensão e da interrupção da prescrição.....	544
4.8. Reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente pelo juiz.....	544
4.9. Imprescritibilidade da ação de ressarcimento de danos ao Erário.....	545
5. Os arts. 23-A a 23-C, incluídos no Capítulo VII da Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021	547
5.1. Da capacitação dos agentes que atuam com prevenção e repressão aos atos ímprobos.....	548
5.2. Das custas e honorários	548
5.3. Desvio de recursos públicos de partidos políticos ou de suas fundações	551
Referências.....	559

CAPÍTULO VIII • DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 563

Arts. 24 e 25

Octahydes Ballan Junior

Referências.....	568
------------------	-----